

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICA DE SAÚDE, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL

Alessandra Ximenes da Silva¹Monica Barros da Nóbrega²Nataly Isabelle Pessoa da Silva Pinto³Sandra Amélia Sampaio Silveira⁴

RESUMO

O artigo analisa a importância da educação permanente como política fundamental de formação dos(as) assistentes sociais. Trata da análise de um projeto de extensão realizado durante o contexto da pandemia e pós-pandemia da Covid-19. O projeto tratou das atribuições, competências, demandas profissionais e a importância do planejamento para o Serviço Social. A luz da teoria social crítica discute-se a crise estrutural do capital, a contrarreforma do Estado, a política de saúde, o ultraneoliberalismo e o Serviço Social. Como profissão inserida na totalidade social o Serviço Social é movido a construir respostas para as necessidades e demandas que são postas pela realidade, que atualmente se configura como um contexto de crise do capital e sanitária. Assim, as atribuições, demandas e requisições profissionais indicam a sua natureza, seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, sua funcionalidade ao Estado e suas estratégias de respostas às expressões da “questão social”.

Palavras-chave: Educação permanente; Política de saúde; Serviço Social.

ABSTRACT

The article analyses the importance of permanent education as a fundamental policy for training Social Workers. It deals with the analysis of an extension project carried out during the context of the Covid-19 pandemic and post-pandemic. The project addressed attributions, competences, professional demands and the importance of planning for social work. In the light of critical social theory, the structural crisis of capital, the States conter reform, health policy, ultraneoliberalism and social work are discussed. As a profession inserted in the social totality, Social Work is moved to build responses to the needs and demands that are posed by reality, which currently configures itself as a context of capital and health crisis. So the assignments, professional demands and requisitions indicate their

¹ Universidade Estadual da Paraíba; Dra. em Serviço Social; aleximenes@servidor.uepb.edu.br;

² Universidade Estadual da Paraíba; Dra. em Serviço Social; monica.barros@servidor.uepb.edu.br

³ Universidade Estadual da Paraíba; Mestranda em Serviço Social; nataly.pinto@aluno.uepb.edu.br

⁴ Universidade Estadual da Paraíba; Mestre em Serviço Social; sandrasilveira@servidor.uepb.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

nature, their place in the social and technical division of labor, their functionality to the State and their strategies to expressions of the “social question”.

Keywords: Permanent education. Health policy. Social Work 3.

1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa a importância da educação permanente como política fundamental de formação dos(as) assistentes sociais. Trata de uma análise da experiência do projeto de extensão “Educação permanente para assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós- pandemia da covid-19 na Paraíba”, realizado através da parceria entre o Conselho Regional de Serviço Social da 13ª Região/Paraíba e o Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, realizado durante o período de 2021-2022.

A crise econômica se agravou no contexto da crise sanitária gerada pelo coronavírus ao mesmo tempo em que expressa a precariedade da saúde pública, dá visibilidade para a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública de saúde. Nessa difícil conjuntura os(as) assistentes sociais, enquanto profissionais que integram os processos coletivos de trabalho na saúde, são desafiados(as) pela precarização do trabalho e dos direitos sociais em virtude dos cortes de recursos das políticas sociais (que tanto o atingem como integrante da classe trabalhadora, quanto aos(as) usuários(as) dos serviços de saúde, e o surgimento de novas requisições, nem sempre compatíveis com as competências e atribuições do Serviço Social

Como profissão inserida na totalidade social o Serviço Social é movido a construir respostas para as necessidades e demandas que são postas pela realidade, que atualmente se configura como um contexto de crise do capital e sanitária. Assim, as atribuições. Demandas e requisições profissionais indicam a sua natureza, seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, sua funcionalidade

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao Estado e suas estratégias de respostas às expressões da “questão social”. Também são determinantes da profissão, a configuração do mercado de trabalho, a maneira de inserção nos serviços, o perfil esperado, conhecimentos, habilidades, valores que estão sendo solicitados a estes(as) profissionais (GUERRA et all, 2016)

A extensão, como um dos tripés de constituição da universidade, é fundamental na construção de respostas às necessidades postas pela sociedade neste momento histórico. Para tanto, a articulação e o estabelecimento de parcerias com os movimentos sociais e entidades de classe, a exemplo do Conselho Regional de Serviço Social é de suma importância para a concretização de tais respostas.

2 A EDUCAÇÃO PERMANENTE E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TRABALHO COLETIVO EM SAÚDE

O contexto atual de crise capitalista, marcado por um processo de reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho, coloca como exigência do capital, por um lado, um perfil de trabalhador que responda às demandas postas pelo mercado de forma adaptável, polivalente e flexível, pautado em saberes e habilidades variadas. Por outro, submete a classe trabalhadora à precárias condições de trabalho e remuneração, decorrentes de formas desregulamentadas de contratos trabalhistas, intensificando a superexploração, a informalidade, a terceirização, etc.

O avanço das ideias neoliberais expresso na destruição de direitos sociais e trabalhistas, corte de recursos para as políticas sociais (a exemplo da Emenda Constitucional n.95/2016), privatizações e o desmonte dos serviços públicos em geral, reduzindo o papel social do Estado em benefício do mercado, faz parte da busca de retomada da lucratividade do capital em meio à crise estrutural que o capitalismo atravessa. Este processo implica em aprofundamento da questão social e na dilapidação das condições de reprodução da força de trabalho, sendo ainda mais agravado com a recente pandemia da covid-19.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nesse contexto, enfatizamos que a saúde em seu conceito ampliado, bem como direito social e política pública, inevitavelmente é tensionada por inúmeros desafios relacionados à determinação social da saúde, ou seja, como as condições de vida e trabalho afetam o processo saúde e doença da população, em meio à crise do capital e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais. Tais desafios, decorrentes de determinantes e condicionantes das relações de produção capitalista, requerem capacidade tanto de leitura crítica da realidade, quanto de respostas profissionais qualificadas frente à mesma.

A necessidade de qualificação do fazer profissional através de estratégias variadas de formação é, portanto, não só uma exigência do mercado de trabalho, mas uma demanda das/os profissionais. O artigo 200 da Constituição Federal brasileira estabelece que “ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” (BRASIL, 2016). Para a implementação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), é fundamental formar profissionais com conhecimentos, competências e habilidade para atuar numa perspectiva de integralidade, rompendo com o modelo biomédico e tecnicista de atenção à saúde. Assim, no início dos anos 2000 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de saúde (dentre os quais se inclui o Serviço Social, enquanto profissão da saúde reconhecida pela Resolução 287/1998 do Conselho Nacional da Saúde), as quais preconizam que

[...] a formação dos profissionais garanta autonomia e discernimento, bem como contemple o sistema de saúde vigente no Brasil, o trabalho em equipe, a eficiência e a resolutividade. Considerando tais aspectos, a formação deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS, e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento [...]. (BITENCOURT et al, 2020, p.73-74)

A construção de um novo perfil profissional, comprometido com o atendimento das necessidades de saúde da população, requer investimento não só na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



graduação, mas também na formação permanente, esta última entra para a agenda do Ministério da Saúde (MS) efetivamente a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Gestão de Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), que assumiu a responsabilidade de formular políticas orientadoras da gestão, formação, qualificação e regulação dos trabalhadores da saúde no Brasil. No ano seguinte foi lançada a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), através da Portaria 19814/2004, na qual o Ministério se responsabiliza por ordenar e formar recursos humanos da saúde. Inicialmente a PNEPS criou Polos de Educação Permanente em Saúde (PEPS) nos municípios brasileiros. Em 2007, a Portaria GM/MS nº 199615 alterou a PNEPS instituindo as Comissões Integração Ensino Serviço (CIES) e os Colegiados de Gestão, que substituem os PEPS na gestão da Educação Permanente em Saúde (PES). (LEMOS, 2016).

A educação permanente é bastante importante para redefinir e qualificar o trabalho profissional, promovendo mudanças no processo coletivo de trabalho na perspectiva da integralidade da saúde e o “despertar ético-político dos sujeitos para a consolidação do SUS”. Porém, vale destacar as ponderações acerca dos fundamentos da PNEPS feitas por Lemos (2016, p.919) quando aponta que há “[...] diversos limites ao dar grande peso ao sujeito/trabalhador como elemento de mudança, desconsiderando as condições estruturais que tem grande impacto na qualidade do SUS. [...]”. É necessário levar em conta a totalidade, para avançar coletivamente na construção de transformações efetivas e de enfrentamento à lógica do capital que permeia os serviços e toda a sociedade.

Além disso, não podemos deixar de levar em consideração as dificuldades das/os trabalhadores de saúde para acessar a educação permanente, uma vez que nem sempre esta é de fato ofertada pelo empregador. Daí as dificuldade de conciliar disponibilidade de tempo para a formação com os horários de trabalho, pois nem sempre há liberação para tal, os custos e a qualidade da formação permanente, etc.

No âmbito do Serviço Social, Araújo (2020) destaca os inúmeros desafios postos cotidianamente nos espaços sócio ocupacionais onde se insere a/o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assistente social, colocando para essa/esse profissional a responsabilidade pela sua empregabilidade ao atender aos interesses do mercado, tornando-se competitivo e com capacidade técnica para responder às suas requisições. Por outro lado, conforme a referida autora o projeto ético-político da profissão requisita um perfil profissional que possua conhecimentos capazes de fazer a crítica do cotidiano, espaço privilegiado para a alienação, e construir respostas que atendam aos interesses da classe na qual se insere, ou seja, a classe trabalhadora.

Conforme Cardoso et.al.(2020), a formação enquanto processo contínuo é uma preocupação da profissão do Serviço Social enquanto categoria, que se revela nos compromissos assumidos nas agendas das entidades, através da promoção de seminários dirigidos à atuação da/o assistente social em áreas específicas; cursos; eventos; publicações; dentre outras ações e iniciativas que contemplam o projeto de formação profissional para além da graduação.

Para as referidas autoras, as ações de formação permanente precisam estar em consonância com o projeto de formação profissional e com o Código de Ética de 1993. Assim, trata-se de uma concepção de formação que está além dos cursos imediatistas e com foco técnico-instrumental amplamente ofertados. Portanto, iniciativas que apreendam a educação para além dos limites do sistema de ensino e da reprodução da lógica do capital.

Desse modo, é possível inferir que nesta Política o modelo de educação defendida está vinculado à ideia de educação emancipatória qualificada por Mészáros (2008), como uma ferramenta que permite a construção de uma sociedade livre e emancipada, diferentemente da ideia de educação requisitada pelo capital, no sentido de qualificar os indivíduos em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho.

O processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social não significa apenas atividades de qualificação e aperfeiçoamento profissional através de cursos de especialização, capacitações e afins, mas compreende um processo permanente e crítico de leitura e apreensão do significado social da profissão, do seu

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



reconhecimento como sujeito histórico, da apreensão crítica da realidade social em sua totalidade e da reafirmação do compromisso com a classe trabalhadora e com a luta pela superação da sociedade do capital. Tal processo pode ser materializado tanto por via formal, quanto informal, pode partir da iniciativa não só dos órgãos gestores, dos empregadores, mas também das entidades organizativas da categoria, dos programas de pós-graduação, dos próprios profissionais com a realização de grupos de estudos e socialização de conhecimentos, etc (ARAUJO, 2020).

Segundo Cardoso et.al (2020), no Serviço Social, são muitos os desafios postos à materialização do processo de educação permanente, principalmente, numa conjuntura de crise capitalista e num contexto pandêmico, no qual a oferta de oportunidades e incentivos para a efetivação da educação permanente e uma formação profissional vinculada fortemente aos processos educativos tem papel fundamental, ainda que no horizonte civilizacional tenha seus limites, pois se insere na dinâmica da reprodução social.

Assim, o projeto de extensão intitulado “EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA ÁREA DA SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA E PÓS- PANDEMIA DA COVID-19 NA PARAÍBA, nas suas três versões, 2021, 2022, 2023, se ancora na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e na Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS, com o objetivo de qualificar as/os assistentes sociais trabalhadoras/es da saúde em um contexto pandêmico e pós-pandêmico, no qual além das tradicionais demandas, surgiram outras decorrentes das necessidades sociais do momento, requerendo respostas qualificadas e sintonizadas com o Projeto ético-político da profissão.

3 O PROJETO DE EXTENSÃO: O PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS INSCRITOS(AS) E AS PRINCIPAIS DEMANDAS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Projeto de Extensão, intitulado “Educação Permanente para Assistentes Sociais atuantes na área da saúde em tempos de pandemia e pós-pandemia da COVID-19 na Paraíba”, tratou-se, de uma iniciativa resultante da parceria do Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba – CRESS/PB com o Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (DSS), e objetivou como o próprio nome aponta a realização de atividades na perspectiva da educação permanente, voltadas exclusivamente para profissionais assistentes sociais, atuantes nos equipamentos e serviços da área da saúde do estado da Paraíba.

As atividades do projeto de extensão tiveram início na primeira semana do mês de abril de 2021 sendo finalizadas no mês de dezembro, do mesmo ano, com a realização do Primeiro Seminário Estadual de Serviço Social na saúde. Todas as atividades foram organizadas por uma equipe organizadora ampla, composta por integrantes da parceria CRESS/PB E DSS/UEPB, aqui tratamos de profissionais do CRESS/PB, professores(as) e alunos(as) do Departamento de Serviço Social da UEPB, além, de Assistentes Sociais, representantes de equipamentos da política de saúde do Estado da Paraíba.

Além da equipe organizadora, o projeto de extensão, contou com a participação de dezenas de Assistentes Sociais, trabalhadores(as) de equipamentos da área da saúde na Paraíba, tais profissionais, foram alcançados mediante a realização de uma seleção pela equipe organizadora, a qual, fora divulgada, ainda no mês de março de 2021, um formulário online para a inscrição daqueles(as) interessados em integrar a iniciativa de educação permanente, chegado ao fim o período de inscrições estipulado pela organização, a seleção foi finalizada com a homologação de 129 assistentes sociais, que atendiam ao critério basilar de estarem atuando na área da saúde.

É importante frisar, que o resultado dessa seleção, indica para o alcance de um heterogêneo grupo de profissionais, no que se refere ao espaço geográfico da instituição profissional que os(as) participantes estão vinculados(as), ou seja, o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



projeto conseguiu alcançar assistentes sociais dos mais diferentes municípios do Estado da Paraíba, considerando as três mesorregiões do Estado, tiveram suas inscrições homologadas, em número, 49 trabalhadores(as) da região do Brejo, Agreste e Cariri paraibano, 39 de João Pessoa e Região metropolitana e 41 do Sertão.

Além do projeto, ter alcançado profissionais de espaços geográficos diferentes, também é notório o alcance de um grupo de profissionais lotados em diversos equipamentos que integram a política de saúde das áreas de atenção básica, secundária e terciária, contemplando trabalhadores(as) de Unidades Básicas de Saúde, assim como profissionais de Hospitais de Urgência e Emergência, hospitais especializados como maternidades e hospitais da criança, representantes do campo da saúde mental dos Centros de Atendimento Psicossocial e atuantes em cargos de gestão como secretárias municipais de saúde.

Essa distribuição apresentada, sem muitas surpresas, explicita a tendência do Estado enquanto o maior empregador de assistentes sociais, também na área da saúde. Ao considerar o tipo da instituição profissional nos deparamos com a prevalência do caráter público das instituições empregadoras, com percentual de 96%, contra 2% de entidades privadas e 2% do terceiro setor.

Tal realidade repercute diretamente, na configuração do tipo de vínculo dos participantes do projeto, na predominância de trabalhadores concursados e com contratos temporários, seguidos de cargos comissionados.

Essa dominância do setor público, que aparece nos locais de atuação dos trabalhadores participantes do projeto, também é expressiva quando observado o local de formação da maioria dos(as) assistentes sociais inscritos(as), a maioria, afirmou no formulário de inscrição, que a instituição de formação se configurava como pública especificamente 75% (97), e 25% (32) apontaram que a IEs tinha caráter privado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Levando em conta o tempo de atuação, observamos que há, uma prevalência dos assistentes sociais com menos de 5 anos de experiência na área da saúde, mais da metade dos profissionais 52%, se encaixam nessa realidade.

Ao finalizar o consolidado das informações acerca do perfil dos trabalhadores(as) inscritos(as) as repostas acerca do acúmulo de vínculo de trabalho, a maioria dos(as) profissionais responderam a inexistência do acúmulo de vínculo empregatício, cerca de 71% dos participantes. No entanto, foi evidenciado que um quantitativo expressivo de profissionais, afirmaram possuir mais de um vínculo de trabalho, cerca de 30% dos trabalhadores.

No que diz respeito à dinâmica do projeto de extensão, em virtude do contexto de incertezas da pandemia da Covid-19, o que se tinha conhecimento era a importância do distanciamento social enquanto primeira estratégia de inibição da propagação do coronavírus, as atividades da primeira turma do projeto de extensão, se desenvolveram exclusivamente na modalidade virtual, no qual, as atividades se materializaram através de encontros/reuniões via plataformas virtuais como o “Google Meet” e do canal do YouTube do CRESS/PB.

Frente ao grupo expressivo de profissionais inscritos(as), que como já apontado alcançou o quantitativo de 129 assistentes sociais participantes, fora estrategicamente dividido esse grande grupo em turmas considerando a área territorial de atuação dos(as) assistentes sociais no estado da Paraíba. Os(as) inscritos foram divididos(as) em três turmas, a saber: turma 1 do Brejo, Agreste e Cariri Paraibano; turma 2 de João Pessoa e Região Metropolitana; e turma 3 do Sertão Paraibano.

Os encontros/reuniões através das plataformas virtuais, mesclaram entre, atividades fechadas, realizadas exclusivamente com os participantes inscritos(as), em salas virtuais pré-agendadas, e atividades abertas ao público, disponíveis permanentemente no canal do YouTube do CRESS/PB.

No total, entre março e dezembro de 2021, foram realizadas 22 oficinas fechadas, sendo 7 oficinas com o grupo do Brejo, Agreste e Cariri paraibano, 7 com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o grupo do Sertão e 8 com o de João Pessoa e Região Metropolitana. Foram realizadas também 4 oficinas abertas ao público, sendo 2 webs palestras e 2 atividades que formatam o Primeiro Seminário Serviço Social na saúde.

Dentre as temáticas trabalhadas, destacaram-se, as atribuições e competências dos(as) assistentes sociais inseridos(as) nos serviços de saúde, sobre as respostas profissionais na área da saúde, a organização política dos(as) assistentes sociais frente à precarização do trabalho, a instrumentalidade do Serviço Social, o planejamento na atuação do assistente social, o trabalho do(a) assistente social no contexto de Pandemia da Covid-19, o Ultraneoliberalismo e Pandemia no governo Bolsonaro e as Lutas Sociais na Saúde e Serviço Social.

Durante o desenvolvimento das atividades, alguns elementos acerca das principais demandas e respostas profissionais, nos chamaram atenção e sinalizaram para a complexidade do trabalho na área da saúde, no contexto da pandemia da Covid-19, especialmente em seu momento de alta letalidade, que marcou o contexto de desenvolvimento do projeto de extensão.

As principais demandas e respostas profissionais foram atravessadas por inúmeros dilemas e desafios que se colocaram para os trabalhadores da saúde de uma forma mais geral, e de formas específicas ao assistente social, considerando as atribuições e competências dessa categoria profissional.

Entre os dilemas e as dificuldades que marcaram as demandas e as respostas profissionais, se destacam, além dos desafios subjetivos das inseguranças e incertezas de um trabalhador da linha de frente, diante do cenário pandêmico de alta letalidade e risco, também, desafios relacionados à desvalorização salarial, a fragilidade dos vínculos, a precariedade dos serviços diante da falta de insumos como medicamentos e de equipamentos de proteção individual.

Nas instituições da saúde que fecharam suas portas e prestaram atendimento virtual como nos Centros de Atendimento Psicossocial, foram

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



apontadas dificuldades relacionadas à ausência de equipamentos tecnológicos e uma rede que de fato garantisse um bom atendimento.

A atenuação das expressões da questão social, fora um dos dilemas que mais apareceram nas falas dos(as) trabalhadores(as), em especial diante do aprofundamento da pobreza, da miséria, da violência e do desemprego, o que influenciou de modo contundente na vida da população brasileira, determinando inclusive a busca de pessoas aos serviços de saúde, o que marcou uma heterogeneidade das demandas que se apresentaram aos assistentes sociais.

No que se refere às principais demandas, se destacaram o volumoso número de visitas domiciliares, para as mais variadas necessidades, o volumoso quantitativo de acolhimento familiar de modo virtual devido à impossibilidade das visitas aos leitos gerais e de UTIs, nos quais, por vezes, os(as) assistentes sociais foram chamados(as) a ficarem responsáveis por mediar o contato da família via chamadas de vídeo, também foi recorrente, o apontamento do aumento de atendimentos nos serviços de saúde diante de familiares que não conseguem informações sobre parentes internados se reportavam ao Serviço Social para buscar o direito à informação, bem como, demandas relacionadas ao acesso as políticas de transferência de renda, à época o auxílio Brasil e os direitos previdenciários.

No caso de unidades que tiveram suas atividades presenciais suspensas – como nos CAPS, tratou-se também de uma responsabilidade para assistentes sociais, o contato com os usuários através de ligações telefônicas.

Outra demanda bastante citada, tratou-se da explosão da busca por serviços de atendimento à saúde mental, diante da alta do sofrimento psíquico, uso de substâncias psicoativas e tentativas de suicídio.

Ainda no campo das demandas, houve uma ênfase na alegação da explosão de demandas indevidas, considerando as atribuições e competências profissionais direcionadas aos assistentes sociais da saúde, como a função de informar óbito e o quadro clínico do usuário; a responsabilização do(a) assistente social como receptor de materiais de higiene, inclusive de cobrar esses materiais aos familiares;

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

além de demandas como regulação de pacientes, marcação de exames, solicitação de ambulância, informes sobre normas de vestimenta para familiares e alimentação, sendo recorrente a fala de que a sensação do contexto era de que, tudo que outros profissionais dos serviços de saúde não sabiam operacionalizar eram encaminhados para os(as) assistentes sociais.

No quadro de respostas indicadas pelos(as) trabalhadores(as), destaca-se, a deliberação de encaminhamentos de usuários(as) que se direcionaram a equipamentos da saúde, para ser orientado ou acessar algum serviço de outras políticas como no caso da política de assistência social e previdência social.

Também fora uma resposta recorrente, a organização de ações de educação em saúde organizadas e promovidas pelos(as) assistentes sociais, objetivando socializar informações e instruções acerca da potencialidade do vírus e formas preventivas a contaminação. Vale a pena resaltar, que nesse processo ocorreram a propagação de várias fake news, havendo a necessidade de esclarecimento juntos aos usuários pelo Serviço Social.

Outro elemento a ser destacado nesse processo, foi o aumento da demanda de usuários(as) em busca de atendimento no campo da saúde mental, ressalta-se a acolhida, a escuta e os encaminhamentos a profissionais especializados, como uma resposta bastante presente. Esse aumento significativo, perpassou por uma realidade que atingiu os usuários de diferentes faixas etárias, acometidos por sofrimento psíquico e casos de tentativa de suicídio.

É destacado o esforço de fortalecimento do Serviço Social em rede, através das orientações e encaminhamentos, o contato com legislações, buscando reuniões com órgãos e equipes, e utilizar os instrumentos de planejamento como forma de enfrentamento as demandas.

4 CONCLUSÃO

A educação permanente em saúde viabilizada pelo projeto de extensão, propiciou a discussão da atuação profissional numa perspectiva crítica de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



superação da imediatividade das respostas frente às demandas postas no trabalho cotidiano, especialmente a partir da construção de planos de trabalho que direcionem qualitativamente a intervenção dos(as) assistentes sociais, considerando os limites e as possibilidades no projeto ético-político da profissão, objetivas e subjetivas da atuação profissional. Desta forma, contribui para a construção de uma postura mais propositiva e crítica, referenciada no projeto ético-político da profissão, de modo que podemos dizer que os objetivos que nortearam o referido projeto foram alcançados positivamente, podendo servir como referência para outras experiências extensionistas.

Contribuiu também para fomentar a categoria de assistentes sociais a análise crítica da totalidade social, ao discutir a Crise Capitalista, a contrarreforma das políticas de seguridade social, especificamente a política de saúde, o ultraneoliberalismo e o governo Bolsonaro com as suas implicações num contexto de pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. A. de. O processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social no atual contexto de crise capitalista. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, 2020.

BITENCOURT, R. R.; BUCHMANN, M. G.; RUIZ, E. N. F.; MENGATTO, C. M.; BERNARDI, J. R.; SILVA, V. L. da; PIRES, F. S. O Processo de formação em saúde: uma análise dos planos de ensino das atividades curriculares obrigatórias. **SABERES PLURAIS: EDUCAÇÃO NA SAÚDE**, V. 4 | N. 1 | AGOSTO, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, Acesso em: 17/06/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** 214. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/folder/educacao_permanente_saude.pdf>. Acesso em 21 de Junho de 2023.

CARDOSO, P. F. G. et.al. Serviço Social e formação permanente: possibilidades de superação de cotidianos de alienação, In: **Rev. Katálysis**, vol. 23 no.1. Florianópolis: Epub Feb, 2020.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.10, 2005.

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 19 junho de 2023.

LEMONS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciência & Saúde Coletiva**, 21, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo. Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos. A Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS na UFRN: um debate possível. In: **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**. Paraná: Universidade Estadual de Londrina, Junho de 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/6_a_politica_de_educacao....pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

PEDUZZI, M.; GUERRA, D. A. D.; BRAGA, C. P.; LUCENA, F. S.; SILVA, J. A. M. Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo. **INTERFACE: COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO**, v.13, n.30, p.121-34, jul./set. 2009.

PROMOÇÃO



APOIO

